**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A DINÂMICA CAPITALISTA**

José Carlos Farias da Silva1; Elizabeth Mascarenhas dos Santos Silva2

1 Mestrando em economia. UFPA. jcfariaas@gmail.com

2 Especialista em Educação Ambiental. SEDUC/PA. elizabethmssilva@gmail.com

**RESUMO**

O conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório Brudtland formou a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais. Esse desenvolvimento tem enfrentado duros embates com o sistema capitalista devido sua própria dinâmica. O sistema capitalista é resultado de um processo natural de exploração da força de trabalho, da acumulação do capital (principalmente recursos naturais), e da expansão desigual das relações comerciais pelo mundo. Este trabalho, apresenta uma análise dos principais elementos da dinâmica do sistema capitalista, além de estudar a possibilidade de romper com a dinâmica desse sistema e construir um desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, duradouro para preservar a vida das futuras gerações no capitalismo. Para tanto, desenvolveu-se um levantamento bibliográfico tanto de obras clássicas do marxismo como, O Capital: Crítica da Economia política. Livro I: O processo de produção do capital, em que Karl Marx estabelece os fundamentos do sistema capitalista. Além de buscar outros autores da corrente marxistas, tais como ALTIVATER, 1995, 2007, 2010; SACHS, 1986; RAMALHO, 2010; FOSTER, 2005; FREITAS ET AL, 2012; SILVA, 2013. O produto das analises desenvolvidas nesse trabalho configura-se que a dinâmica do sistema capitalista permanece centrada no tripé da exploração da força de trabalho, na acumulação de capital, principalmente pela utilização dos recursos naturais e pelas trocas desiguais. Portanto, o desenvolvimento sustentável torna-se inviável dentro da dinâmica capitalista. Uma vez que este sistema estabelece um ciclo vicioso e desarmônico na relação sociedade e natureza.

Palavra Chave: Dinâmica, capitalismo, desenvolvimento sustentável.

**Área de Interesse do Simpósio**:

Economia Ambiental

1. **INTRODUÇÃO**

O futuro das próximas gerações é um tema recorrente no cenário atual. Por isso, tem sido válido todos os esforços intelectuais no sentido de construir caminhos para um desenvolvimento que seja sustentável e viável, afim de garantir o futuro da espécie humana. Ignacy Sachs (1986) ao pensar em um modelo de desenvolvimento que combinasse as relações econômicas com o bem-estar da sociedade e a utilização racional e responsável dos recursos naturais, o denominou de ecodesenvolvimento. Essa expressão foi substituída 1983, quando foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sobre a presidência a primeira-ministra norueguesa Gro Brudtland, e, em 1987, a comissão publicou “Nosso futuro comum”, também conhecido como Relatório Brudtland. O conceito de desenvolvimento sustentável, a partir desse relatório formou a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais. Hoje, esse conceito de desenvolvimento sustentável, constitui a natureza como um recurso ou matéria prima destinado aos objetivos de mercado cujo acesso é priorizado aos detentores do controle do capital. Contudo, em meio uma crise ambiental em proporções globais (Silva, 2013), resta saber em que medida esta crise se relaciona com o sistema de produção atual e de que forma o desenvolvimento é sustentável ou insustentável?

Esse desenvolvimento tão almejado, tem enfrentado duros embates com o sistema capitalista devido sua própria dinâmica. Ele é resultado de um processo natural de exploração da força de trabalho, dos meios de produção (principalmente recursos naturais), da acumulação do capital e da expansão desigual das relações comerciais pelo mundo. Desde o seu surgimento, o sistema capitalista tem se valido de uma dinâmica própria, a qual propiciou não apenas seu surgimento como tem sido determinante para sua manutenção e evolução.

Em um lado oposto aos interesses desses movimentos sociais, estão os capitalistas, que na definição de Marx (2013) são os donos do dinheiro e dos meios de produção, ou seja, do capital. Para estes, seus únicos interesses segundo Marx, é o lucro. E aumenta-lo passou a ser cada vez mais, o desejo dessa categoria, ou seja, “o lucro é o coração e a alma do sistema capitalista. É com ele que os capitalistas sonham, e por meio dele que eles próprios se julgam. O lucro é o fundamento último, frio e calculado, de todo o sistema” (Anwar Shaikh, 1985, pg 2)

Dentro deste contexto, perneiam algumas questões: É possível, no seio do sistema mais perverso que a sociedade já viu, a construção de um desenvolvimento sustentável? E esse desenvolvimento pode ser vivenciado em uma escala global? Este trabalho, em busca de contribuir com essas discursões, apresenta uma análise dos principais elementos da dinâmica do sistema capitalista, que se constituem em um tripé composto pela exploração da força de trabalho, acumulação resultante da crescente exploração da natureza e as trocas desiguais. Além de estudar se é possível romper com a dinâmica desse sistema e construir um desenvolvimento que seja sustentável, ou seja, duradouro para preservar a vida das futuras gerações no capitalismo.

**2. MATERIAL E MÉTODOS**

O desenvolvimento deste trabalho partiu de um levantamento bibliográfico em uma das obras clássicas do marxismo, O Capital: Crítica da Economia política. Livro I: O processo de produção do capital, em que Karl Marx estabelece os fundamentos do sistema capitalista. Para complementação de analise outros autores da corrente marxistas tais como: ALTIVATER, 1995, 2007, 2010; SACHS, 1986; RAMALHO, 2010; FOSTER, 2005; FREITAS ET AL, 2012; SILVA, 2013, foram utilizados como referencial teórico e análise. A partir do fichamento das obras citadas, buscou-se sistematizar os principais pontos convergentes e divergentes entre os autores que tem como princípio as ideias marxistas.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

3.1 Dinâmica do sistema capitalista: principais componentes

A consolidação do modo de produção capitalista, representou uma das principais mudanças ocorridas no decorrer do século XVIII, estas ocasionaram profundas transformações na relação do homem com a natureza. E desde seu surgimento, o capitalismo tem demonstrado uma dinâmica própria, a qual propiciou sua manutenção no ceio da sociedade contemporânea.

Apesar das inúmeras discussões em torno do impacto da relação de exploração da sociedade sobre os recursos naturais e de sua sustentabilidade, diversos autores (FREITAS, 2005; RAMALHO, 2010; ALTVATER, 2010) tem apresentado opiniões divergentes a respeito da possibilidade da manutenção desta dinâmica concomitantemente com as ideias de desenvolvimento sustentável. Essa dinâmica se traduz em conformidade as ideias defendidas pela corrente marxista em um tripé composto pela exploração da força de trabalho, acumulação resultante da crescente exploração da natureza e as trocas desiguais. Esses elementos, constituem a base de sustentação do sistema capitalista. Neste trabalho, inicialmente buscou-se compreender cada um desses elementos que compõe este tripé da dinâmica capitalista, afim de contribuir para o debate acerca das questões que engendram a manutenção do sistema e o desenvolvimento sustentável.

3.2 Exploração da força de trabalho, acumulação do capital e trocas desiguais

Em sua principal obra – O Capital, Marx deixa claro a importância do trabalho, tratando já em seu primeiro paragrafo do resultado do mesmo, ou seja, a mercadoria. Este afirma que “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadoria”. Ainda para o autor, “a mercadoria é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. (MARX, 2013, pg 157). Já que o trabalho, é sobretudo uma mercadoria e um dos responsáveis pela produção da riqueza material (MARX, 2013 pg 167), essa mercadoria singular, passa a ter um papel de destaque no capitalismo. Sua exploração, afim de aumentar o capital foi e será condição necessária dentro deste sistema. Essa exploração da força de trabalho, foi amplamente tratada por Marx, que separou o trabalho em duas categorias, o trabalho necessário – que é o tempo de trabalho necessário para reprodução do trabalhador; e trabalho excedente – que é o tempo em que o trabalhador trabalha além do limite necessário para sua reprodução, também denominado como mais-trabalho, gerando um excedente que Marx chamou de mais-valor ou mais-valia.

A mais-valia não fica com o trabalhador que a produziu, mas com o capitalista que é detentor dos meios de produção. A propósito, este capitalista, como qualquer comprador busca tirar o máximo proveito do trabalho do trabalhador, com a finalidade de alavancar cada vez mais o seu capital. O que leva a analisar outro elemento da dinâmica capitalista, a acumulação do capital.

Outro fator que gera a riqueza material é a natureza. Marx usou a celebre citação de William Petty “O trabalho é o pai da riqueza material, e a terra é a mãe” (Marx, 2013, pg 167), para mostrar a importância desse fator terra na composição da riqueza. Uma vez que o trabalho segundo o mesmo é uma condição da vida humana, existindo dessa forma uma necessidade natural do metabolismo entre homem e natureza, ou seja, o homem tem necessidade de transformar a natureza a seu modo como condição de sua existência. Contudo, ao transformar a natureza o homem, historicamente e invariavelmente, a destrói.

Nesse contexto, a exploração dos recursos naturais pelo homem é também determinante no sistema capitalista, pelo fato de que esta relação produz riqueza aos donos do capital, ou seja, a natureza é parte integrante do ciclo de acumulação do capital.

Louis Althusser, ao tratar dessa acumulação do Capital em seu texto “Advertência aos leitores do Livro I d’O capital” afirma “Marx explica que a tendência do capitalismo é reproduzir e alargar a própria base do capital, já que consiste em transformar em capital o mais-valor extorquido dos proletários e já que o capital vira uma “bola de neve” para extorquir cada vez mais mais-trabalho (mais-valor) dos proletários. (Marx, 2013. pag. 71). Esse processo tendencioso do capitalismo em ampliar sua base está explícito a exploração do trabalhador e dos recursos naturais, como insumo e parte integrante da produção de mercadorias que serão utilizadas no ciclo de acumulação de capital.

Ao conceituar a acumulação de capital Marx afirma que trata-se da “aplicação de mais-valor como capital ou a reconversão de mais-valor em capital”. (Marx, 2013, pg 796). E continua, “(...) a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva. O ciclo da reprodução simples se modifica e se transforma, segundo a expressão de Sismondi, perfazendo uma espiral” (Marx, 2013, pg 799)”. Dessa forma fica evidenciado o papel da exploração da força de trabalho na produção do mais-valor (lucro) do capitalista e do papel dos meios de produção (máquinas e equipamentos e a natureza) no processo de acumulação contínuo do capital. O que reforça o entendimento de que o capital é fruto da relação social e se desenvolve de forma desigual sobre o território. Isso demostra a importância do terceiro elemento da dinâmica capitalista apresentado a seguir.

O terceiro elemento do tripé, enfoca as trocas desiguais, decorrente da expansão desigual das relações capitalistas de produção. Essa expansão do capital se materializa de formas diferentes sobre o território, assumindo diferentes contornos que se traduzem em um processo de acumulo de capital crescente e constante realizado através de trocas desiguais no mercado internacional e de forma diferente entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Um dos autores que tratam dessa troca desigual é o geógrafo David Harvey, que ao tratar da organização geográfica do capital afirma que “o desenvolvimento geográfico desigual é parcialmente expressado em termos de uma oposição entre forças contrárias que contribuem para a concentração ou dispersão geográficas na circulação do capital” (2013. pg. 604). Essas forças contrárias de concentração e dispersão do capital atendem a uma necessidade do capital de ampliar suas fronteiras intra e interregionais. Harvey afirma que , ao tratar desses movimentos de concentração do capital, Marx estava preocupado em analisar a concentração das forças produtivas nos centros urbanos e nas mudanças correlacionadas nas relações sociais de produção e da vida. Marx observou as consequências da interação que conduziram à rápida aglomeração da produção dentro das cidades e também como as forças que contribuem para a aglomeração podem ser cumulativamente construídas umas sobre a outras, atraindo novos investimentos nas indústrias de bens de consumo para lugares já estabelecidos. (Harvey, pg 604). O autor, ressalta que esses fatores requerem uma crescente concentração e expansão do proletariado em grandes centros urbanos. Contudo, esse movimento de concentração de trabalhadores provoca inúmeros impactos sociais, aglomerando esses trabalhadores em verdadeiros bolsões de miséria, brutalidade e degradação de suas condições humanas, todos exacerbados por várias formas secundárias da exploração – como o aluguel da moradia, torna a marca registrada da forma desse industrialismo capitalista. Esse cenário deixa claro que “a acumulação do capital e a acumulação da miséria andam juntas, concentradas no espaço” (Harvey, pg 605). Ainda segundo este autor, as consequências desse processo de concentração desenvolvem motivos para “consciência de classe e agitação social”, que contribuem para o surgimento da necessidade de outro movimento, a dispersão do capital. Assim, quanto mais difícil se torna a intensificação da atividade social, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação do capital.

Essa expansão geográfica do capital, possibilita aos capitalistas o aumento de seus lucros através de trocas desiguais, além de distribuírem o capital excedente onde a taxa de lucro é mais alta e a resistência social da exploração do trabalho é menor. Dessa forma, países subdesenvolvidos são induzidos a um processo de produção de valor e a sua transferência para países desenvolvidos através do mecanismo das trocas desiguais. Marini (1973) , um dos principais escritores da Teoria da dependência, provocam dependência das nações menos desenvolvidas em relação as mais desenvolvidas. Percebe-se que os produtos industriais – produzidos pelas nações desenvolvidas, tendem a se manter com preços relativamente estáveis, e que a deteriorização nos termos de troca se traduz através da defasagem no preço dos bens primários – produzidos por nações subdesenvolvidas, em relação aos industrializados. Dessa forma, essa deteriorização, leva o capitalista dos países produtores de bens primários a necessidade de aumentar a exploração da força de trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, ou finalmente combinando os dois procedimentos

Esta conjuntura é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas nas economias subdesenvolvidas, ou seja, países produtores principalmente de produtos primários e que em um contexto macroeconômico foram induzidos a uma especialização na produção de produtos primários, que apresentam baixo valor agregado no mercado internacional. Contemporaneamente, essas trocas desiguais se apresentam cada vez mais latente em meio a sociedade globalizada, onde as nações apresentam interrelações historicamente conflitantes tanto em relação as questões socioeconômicas, quanto as questões ambientais.

3.5 O desenvolvimento sustentável e sua vulnerabilidade

A questão ambiental passou a ser discutida amplamente e internacionalmente a partir da Primeira Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável promovida pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 1972, em Estocolmo/Suécia. Nesta, os países foram alertados a incluírem este tema no centro de suas políticas públicas. Em 1980, foi criado a Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento -CMMAD, pela Assembleia Geral da ONU. Essa comissão lançou em 1987 o relatório Nosso Futuro Comum, o qual ficou mais conhecido como relatório Brundtland. Neste o desenvolvimento sustentável foi difundido como “(...) o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991 pg. 7 apud FREITAS et al, 2012).

A ideia da possibilidade de que um desenvolvimento sustentável seja atingível em meio a dinâmica de funcionamento do capitalismo, pode ser visto como ilusório. Elmar Altivater (1995) afirma que o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente, ele defende que o desenvolvimento se realiza no espaço global, porém de modo descontínuo e não simultâneo nos diversos lugares do mundo. Afirma ainda, que para tratar da dinâmica de desenvolvimento econômico no futuro faz-se necessário observar as condições iniciais e de contexto para o crescimento e o desenvolvimento produzidas no passado, e que são dominantes no cenário atual. O desenvolvimento não pode ocorre em um laboratório atemporal e independente de sua localização geográfica, mas num espaço natural e social e em diferentes momentos históricos.

Para o autor qualquer estratégia de desenvolvimento, através da industrialização, trará consequências para o meio ambiente, haja vista, que o trabalho empregado na transformação da natureza é necessário para o ciclo do capitalismo, tornando-se como preço aceitável ao progresso. O meio ambiente e o desenvolvimento encontram-se em uma relação recíproca, já que atividades econômicas transformam o meio ambiente e após este alterado, passa a constituir uma restrição externa para desenvolvimento econômico e social, ou seja, uma vez que os recursos naturais são limitados, eles passam a ser um impedimento para o crescimento econômico. Vale observar, que segundo Altivater é ilusão achar que todas as sociedades podem se desenvolver com a Europa Ocidental, América do Norte e Japão, bastando que para isso, aprendam com essas sociedades. Para ele, sociedades industrializadas só podem usufruir das benesses da industrialização, enquanto as sociedades não industrializadas permanecerem desta forma.

Não parece ser possível espalhar pelo mundo inteiro um modo de vida e de trabalho, que, em primeiro lugar, se baseia em um elevado consumo energético e material; que, em segundo, precisa dispor de sistemas energéticos e de transformação material eficientes e inteligentes; e que, em terceiro, precisa realizar e organizar nesta base uma prática de vida européia-ocidental, com os correspondestes modelos ideológicos e de pensamento e instituições políticas e sociais reguladoras. (pg.25)

Essa impossibilidade faz parte do debate dos ecologistas de que é impossível que todas as pessoas do mundo queiram imitar os gastos energéticos e materiais dos cidadãos dos EUA e ou dos habitantes da Europa Central, pois haveria necessidade de uns 5 planetas terras para isso.

 Altivater (2005), ainda ressalta que o “moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e no solo, e portanto também na biosfera. Nestes termos, necessita de recursos naturais, além de precisar de “recipientes. Ainda para Altivater, (1995), a acumulação capitalista, que é o princípio da produção da mais-valia relativa, exige a industrialização, mas esta exigência não pode ser realizada da mesma maneira e nem em toda parte, tão pouco, que o mundo capitalista permanecerá também, no futuro, dividido entre sociedades industrializadas e sociedades pré- e semindustrializadas menos desenvolvidas”. Para o autor existe uma tendência, fruto desta busca pela acumulação, de exploração excessiva dos recursos naturais globais que poderá provocar um colapso do sistema ecológico global, com consequências sociais imprevisíveis.

Mesmo que exista crescimento zero, como defende muitos ecologistas como uma possível solução, o problema não está no percentual de crescimento econômico, mas no modo de regulação do “metabolismo” da troca material entre a natureza, indivíduo e sociedade, ou seja, na relação entre eles. Altivater (1995), usou os conceitos da física termodinâmica de Entropia e Sintropia, para desenvolver a relação social entre indivíduo e natureza.

Essa relação no sistema capitalista ocorre em detrimento do meio ambiente, pois a exploração de matéria- primas, para utilização nos processos industriais; tais como a pesca em águas costeiras descontrolada e o desmatamento das florestas tropicais em níveis elevados para aumentar a quantidade de consumo nos países industrializados, o esgotamento de minas, jazidas e campos (Sintropias) provocam severos impactos no ecossistema (Entropia) deixando-o menos diversificado, frequentemente prejudicado e muitas vezes destruído, na medida em que possibilitam um fornecimento ampliado de valores de uso para a satisfação de necessidades humanas.

Essas necessidades a cada dia têm se tornado crescentes, demostrado a partir do estudo da Comissão Européia através de seu Departamento Geral do Meio Ambiente, do Comércio Internacional de produtos florestais no período de 1983-2005, o qual demonstrou os impactos em relação a exploração de recursos naturais para atendimento das necessidades humanas nos países industrializados. O crescimento descontrolado da demanda global para atender necessidades insaciáveis nos países desenvolvidos contrapõem a oferta escassa de recursos naturais, o que tem gerado impactos severos para o meio ambiente.

**4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A dinâmica do sistema capitalista permanece centrada no tripé da exploração da força de trabalho, na acumulação de capital, principalmente pela utilização dos recursos naturais e pelas trocas desiguais. Essa dinâmica potencializa cada vez mais o lucro dos capitalistas, em detrimento da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais.

Portanto, o desenvolvimento sustentável torna-se inviável dentro da dinâmica capitalista. Uma vez que este sistema estabelece um ciclo vicioso e desarmônico na relação sociedade e natureza. O desenvolvimento é contrário ao meio ambiente, pois qualquer forma de produção industrial causa externalidades, que também necessariamente provocam impactos socioambientais. Contudo, faz-se necessário uma revolução em que os movimentos sociais e solidariedade serão os propursores de uma sociedade mais justa e igualitária consciente de seus limites e que atuem politicamente nas questões ambientais. O autor, afirma que o segundo princípio da termodinâmica acerca da diminuição dos recursos naturais (sintropia) para a produção dos materiais que visem atender as necessidades humanas é uma condição da economia da sociedade capitalista. Essas ações provocam desordem (Entropia) no planeta terra.

**REFERÊNCIAS**

MARX, K. O Capital: Crítica da Economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

ALTVATER, E. O preço da riqueza. São Paulo: UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Existe um marxismo ecológico? Tradução: Rodrigo Rodrigues. In: BORON, A.; AMADEO, j; GONzALES, S. (org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. 2007. Em: <http://biblioteca virtual.clacso.org.ar/ar/libros/ campus/ marxispt>. Acesso em: 20/11/2017.

BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

FOSTER, john Bellamy. A Ecologia de Marx: Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

SHAIKH, Anwar. A Crise Econômica Mundial: Causas e Implicações. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1985, v.6, n. 1

SACHS, I. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.